



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10727/2022
Data do Início	26/07/2022
Folha	
Rubrica	

REF: Recurso da empresa CASE FARMA DISTRIBUIDORA referente ao Pregão Presencial 02/2022-SMS

À Secretaria Municipal de Saúde,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **CASE FARMA DISTRIBUIDORA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

RECURSO contra a decisão da pregoeira que, com base na análise da secretaria requisitante inabilitou a empresa **CASE FARMA DISTRIBUIDORA**, o presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta a sua inabilitação sob as seguintes alegações, resumidamente:

1 - ALEGA EXCESSO DE FORMALISMO NO QUE TANGE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

1- ALEGA EXCESSO DE FORMALISMO NO QUE TANGE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Em um primeiro momento, ao analisar a peça recursal em tela temos uma crítica da recorrente ao quantitativo estabelecido pelo item C.2.1, vejamos:

C.2.1. As empresas LICITANTES deverão apresentar 01 (um) ou mais Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa proponente tenha fornecido no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos materiais/equipamentos (similares) definidos nos itens 24-25-65-124-139-184, que são itens com quantitativo expressivo e alto valor de Mercado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ou seja, ao entender desta especializada a recorrente deveria ter utilizado de outra ferramenta legal, qual seja a impugnação do edital que só ocorre quando o Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências que podem afastar a competitividade do certame. Especificamente na modalidade Pregão Presencial o prazo limite para protocolar o pedido de impugnação é de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Superado o primeiro equívoco da recorrente, importante trazer a tona breves explanações de como deve ser a verificação da qualificação técnica; a Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica.

Cabe à Administração indicar no edital da licitação qual é a parcela de maior relevância técnica e valor significativo, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica.

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidas pelo Tribunal de Contas da União:

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes)

Ou seja, ao que tudo indica, todos os parâmetros legais foram respeitados pelo instrumento convocatório, uma vez que a capacidade técnica trouxe quantidades determinadas, assim como o objeto (parcela de maior relevância) com sua justificativa presente no próprio edital, conforme consta em item C.2.1.

Em segundo ponto, é mencionado possível desrespeito ao acórdão 1211/2021 TCU, senão vejamos o que menciona o referido texto:

Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro

Não é segredo a evolução que os tribunais de contas tem alcançado, trazendo para os certames grandes mudanças. Dentre as recentes inovações visando alcançar a melhor proposta possível para a administração temos o referido acórdão que caminha no sentido de que a vedação não se refere a documento ausente que não foi juntado devido a um equívoco ou falha, sendo que deverá ser solicitado posteriormente e avaliado pelo pregoeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Caminhando de encontro ao exposto acima, foi permitido em sessão, como sede de diligência, que a recorrente apresentasse documentos complementares para alcançar o quantitativo indicado pelo edital, ou seja, não se pode mencionar um excesso de formalismo ou desrespeito ao acórdão 1211/2021.

Não obstante, é dever salientar que a recorrente apenas não atingiu o quantitativo exigido pelo instrumento convocatório, ou seja, entendemos que deva ser analisado pela parte técnica se a recorrente tem a capacidade de fornecer as quantidades exigidas, tendo em vista o grande prejuízo que o fracasso dos itens causaria a administração.

IV – DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, nenhuma empresa apresentou se manifestou.

V – CONCLUSÃO

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, uma vez que o caso concreto versa sobre uma análise técnica e jurídica, solicitamos a análise da Secretaria requisitante, indicando até que se faça uma consulta D. Procuradoria, para fins de verificação de possibilidade legal quanto o aceite das razões da contratada.

Em 01/08/2022.

GUSTAVO SANTANA

MAT. 111.410

DE ACORDO

MARIA TRAVASSOS

MAT. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO